

GALVÃO, NEI

*militar; rev. 1922; pres. Bco Bras. 1961-1963; min. Faz. 1963-1964.

Nei Neves Galvão nasceu em Rio Pardo (RS) no dia 22 de março de 1902, filho do major Mário Galvão e de Afonsina Neves Galvão, descendente da tradicional família de militares Andrade Neves. Foram seus parentes José Joaquim de Andrade Neves, barão do Triunfo, que se destacou na Guerra do Paraguai, e o general Francisco Ramos de Andrade Neves, chefe do Estado-Maior do governo provisório (1930-1931), chefe do Estado-Maior do Exército (1932-1934) e ministro do Supremo — hoje Superior — Tribunal Militar (1934-1941).

Depois de concluir os estudos secundários no Colégio Militar de Porto Alegre, transferiu-se para a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, cujo curso não chegou a concluir. Participante da Revolta de 5 de julho de 1922, que Além da Escola Militar envolveu também o forte de Copacabana e efetivos da Vila Militar, iniciando o ciclo de levantes tenentistas da década de 1920, foi desligado do Exército junto com quase todos os seus colegas que haviam aderido ao levante.

De volta a seu estado natal, iniciou em 1923 sua longa carreira como funcionário do Banco da Província do Rio Grande do Sul. Anistiado depois da Revolução de 1930, foi classificado como primeiro-tenente da reserva, prosseguindo normalmente sua carreira funcional. Em 1934 ingressou no quadro de inspetores de filiais e em 1941 foi nomeado gerente da importante agência do município de Bajé (RS). Nesse mesmo ano, pouco antes de o Brasil declarar guerra às potências do Eixo, foi convocado para o serviço ativo do Exército, incorporando-se ao 12º Regimento de Cavalaria, sediado em Bajé, sem prejuízo do exercício de suas funções civis.

Nomeado em 1944 inspetor-geral do banco em que trabalhava, atingiu nove anos depois o posto mais elevado na carreira funcional do estabelecimento, tornando-se seu superintendente. Eleito para a diretoria do banco em 1955 e reeleito em 1960, exerceu durante o ano de 1959 a presidência do Sindicato dos Bancos do Rio Grande do Sul.

Amigo íntimo do recém-empossado presidente João Goulart, em 12 de setembro de 1961 foi nomeado presidente do Banco do Brasil. Nesse cargo, participou ativamente da aplicação da política econômica definida pelo governo federal, orientando no primeiro

momento as atividades do Banco do Brasil para o financiamento das exportações de bens de capital e de consumo durável, e para o atendimento da crescente demanda creditícia oriunda da Instrução nº 204 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). Em 1962, a queda do ritmo de crescimento da economia foi acompanhada pela intensificação do surto inflacionário e pelo aumento dos déficits orçamentários e nas relações com o exterior, o que forçou a adoção pelo Banco do Brasil de medidas voltadas para a contenção do crédito no nível fixado pelo Plano Trienal, formulado por Celso Furtado, ministro do Planejamento.

Em 1963, o agravamento da crise econômica e política levou o governo federal a abandonar, na prática, as metas definidas no Plano Trienal, modificando mais uma vez a composição do ministério. No dia 21 de julho, Francisco de San Tiago Dantas foi substituído por Carlos Alberto de Carvalho Pinto na pasta da Fazenda, numa tentativa de conquistar para o governo a confiança dos setores conservadores. No mesmo dia, Nei Galvão foi substituído na presidência do Banco do Brasil por Nilo Medina Coeli.

O plano de combate à inflação formulado por Carvalho Pinto encontrou fortes resistências por parte dos banqueiros, ao mesmo tempo em que o governo dos Estados Unidos — contrariado com o adiamento da compra da American and Foreign Power Company (Amforp) pelo Brasil e a iminente regulamentação da Lei de Remessa de Lucros — dificultava o reescalonamento da dívida externa brasileira e se negava a conceder os créditos necessários para a superação do déficit do balanço de pagamentos. Em 19 de dezembro de 1963, Carvalho Pinto renunciou. Para seu lugar, ao invés de atender aos setores que reivindicavam a indicação do deputado Leonel Brizola, Goulart nomeou Nei Galvão, que tomou posse no dia seguinte à renúncia do seu antecessor e apresentou imediatamente um programa para sua gestão. Entre os objetivos definidos como prioritários estavam o incremento das exportações, o aproveitamento da capacidade ociosa de setores da indústria de base, o reaparelhamento do sistema tributário, a reavaliação da colaboração federal no equilíbrio orçamentário dos estados, o fortalecimento do mercado de títulos e o financiamento à agricultura de subsistência. Uma de suas primeiras medidas à frente do ministério foi a revogação da Instrução nº 255 da Sumoc, baixada por Carvalho Pinto, que havia desagradado sobremaneira aos banqueiros.

Para enfrentar a inflação crescente, o governo tentou, sem êxito, estabelecer o tabelamento

de preços dos produtos de primeira necessidade, tornando-se cada vez mais clara sua incapacidade de fazer frente a esse problema. Por outro lado, o déficit do balanço de pagamentos forçou, em fevereiro de 1964, a adoção de uma reforma no sistema cambial, concedendo ao Banco do Brasil monopólio sobre as divisas obtidas pelas exportações de café e açúcar e estendendo assim o confisco cambial a esse segundo produto. Ao mesmo tempo, foi mantido o subsídio às importações de trigo, petróleo e equipamentos para a indústria petrolífera brasileira.

Apesar da elevação dos preços do café no mercado mundial e do anúncio da concessão de empréstimos ao Brasil por parte do governo alemão e de grupos japoneses, a crise nas relações com o exterior — especialmente manifesta na deterioração do balanço de pagamentos — continuou a se aprofundar. Com o objetivo de renegociar o pagamento da dívida externa, o governo reabriu as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), suspensas desde a gestão de Carvalho Pinto. Entretanto, a posição do governo norte-americano dificultava as tentativas brasileiras. Pouco confiantes no governo de Goulart, os Estados Unidos aceitavam fazer apenas pequenas concessões, sem satisfazer as pretensões do Brasil, que buscava um financiamento de grande escala. Nesse momento, as divergências principais entre os dois governos diziam respeito ao decreto assinado por Goulart em dezembro de 1963 determinando uma profunda revisão na política de concessões às empresas de mineração, e à regulamentação, em 20 de janeiro de 1964, da Lei de Remessa de Lucros.

No contexto da crise econômica, a situação política se deteriorava progressivamente. Diante da crescente mobilização social a favor das chamadas reformas de base defendidas pelo governo, a oposição endureceu suas posições e, afirmando a proximidade do caos e o aumento da influência dos comunistas no país, ampliou sua base de apoio junto às classes médias, empresários e militares. Esse processo resultou no movimento político-militar que em 31 de março de 1964 derrubou João Goulart do poder. No novo governo que se instalou, a pasta da Fazenda foi ocupada por Otávio Gouveia de Bulhões, e Nei Galvão retirou-se da vida pública.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 6 de setembro de 1990.

Foi casado com Judite Moreira Galvão em primeiras núpcias, com quem teve dois filhos, tendo contraído novo matrimônio em 1979.

Jorge Miguel Mayer

FONTES: BANCO DO BRASIL. *Relatório* (1961, 1962, 1963); BANDEIRA, L. *Governo; Encic. Mirador*; FONTENLA, V. *História; Grande encic. Delta; Jornal do Brasil* (20/7/1979, 8/9/1990); MIN. FAZ. *Ministros; Ministros da Justiça*; MONTEIRO, F. *Banco*; MONTEIRO, F. *Discurso; Movimento de 5*; MUSEU DO BANCO DO BRASIL; SKIDMORE, T. *Brasil*; VÍTOR, M. *Cinco*.